ReGeo ISSN: 2177-3246

SUSTENTABILIDADE FISCAL E GOVERNANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ENTRE 2019 E 2024

FISCAL SUSTAINABILITY AND PUBLIC GOVERNANCE: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION BETWEEN 2019 AND 2024

SOSTENIBILIDAD FISCAL Y GOBERNANZA PÚBLICA: UN ANÁLISIS BIBLIOMÉTRICO DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA ENTRE 2019 Y 2024

https://doi.org/10.56238/revgeov17n11-059

Data de submissão: 12/10/2026 **Data de publicação:** 12/11/2026

Maria Eleiziane Batista de Lima
Mestra em Administração pela Universidade Estadual do Ceará
Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)
E-mail: consultoriaeleiziane@gmail.com

Diego Luis Leandro Silva
Especialista em Controladoria Pública pela Universidade Estadual do Ceará
Instituição: Universidade Estadual do Ceará (UECE)
E-mail: diegollfinancas@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa a produção científica sobre sustentabilidade fiscal e governança pública no período de 2019 a 2024, buscando compreender a evolução das pesquisas, os periódicos e instituições de maior relevância, bem como os enfoques temáticos recorrentes. O estudo tem como objetivo geral mapear e discutir a literatura existente, identificando tendências, lacunas e oportunidades para investigações futuras. Para alcançar esse propósito, adotou-se uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e análise bibliométrica. As fontes de dados consultadas foram o Google Acadêmico, a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Portal de Periódicos da CAPES, utilizando-se palavras-chave como sustentabilidade fiscal, governança pública, responsabilidade fiscal, política fiscal e gestão pública sustentável. Foram selecionadas publicações que apresentaram aderência direta ao tema e que discutiam a inter-relação entre práticas de governança e equilíbrio fiscal. Os resultados indicaram um crescimento expressivo da produção científica no período analisado, com destaque para o ano de 2024, quando o tema ganhou maior visibilidade devido ao contexto de desafios econômicos e institucionais pós-pandemia. Observou-se que dissertações e teses representam uma parte significativa das pesquisas, mas periódicos especializados como Contabilidade Gestão e Governança, Pesquisa e Planejamento Econômico e Planejamento e Políticas Públicas também têm desempenhado papel relevante na disseminação do conhecimento. Em termos de enfoques, destacaram-se estudos sobre responsabilidade fiscal em nível subnacional, indicadores internacionais da OCDE, regimes previdenciários, gestão do custeio público, solvência e justiça intergeracional, evidenciando a natureza multidisciplinar do campo. A discussão revelou que, embora haja uma base sólida de trabalhos, persistem lacunas relacionadas à integração entre sustentabilidade fiscal e políticas ambientais, à análise comparativa internacional e ao impacto da inovação tecnológica sobre práticas de governança. Conclui-se que a produção recente contribui de forma significativa para o avanço do debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais transparentes, responsáveis e sustentáveis, oferecendo subsídios teóricos e práticos para gestores e pesquisadores interessados na área.

Palavras-chave: Sustentabilidade Fiscal. Governança Pública. Responsabilidade Fiscal. Gestão Pública. Políticas Públicas.

ABSTRACT
The article analyzes the scientific literature on fiscal sustainability and public governance from 2019 to 2024, aiming to understand the evolution of research, the most relevant journals and institutions, as well as recurring thematic focuses. The overall objective of the study is to map and discuss the existing literature, identifying trends, gaps, and opportunities for future research. To achieve this purpose, a qualitative, descriptive, and exploratory methodology was adopted, based on a literature review and bibliometric analysis. The data sources consulted were Google Scholar, the Scientific Electronic Library Online (SciELO), and the CAPES Journal Portal, using keywords such as fiscal sustainability, public governance, fiscal responsibility, fiscal policy, and sustainable public management. Publications that demonstrated direct relevance to the topic and discussed the interrelationship between governance practices and fiscal balance were selected. The results indicated a significant growth in scientific output during the analyzed period, with a notable highlight in 2024, when the topic gained greater visibility due to the context of post-pandemic economic and institutional challenges. It was observed that dissertations and theses represent a significant portion of the research, but specialized journals such as Contabilidade Gestão e Governança, Pesquisa e Planejamento Econômico, and Planejamento e Políticas Públicas have also played a relevant role in knowledge dissemination. In terms of thematic focus, studies on subnational fiscal responsibility, OECD international indicators, pension systems, public spending management, solvency, and intergenerational justice stood out, highlighting the multidisciplinary nature of the field. The discussion revealed that, although there is a solid base of work, gaps persist related to the integration between fiscal sustainability and environmental policies, international comparative analysis, and the impact of technological innovation on governance practices. It is concluded that recent contributions significantly advance the academic debate and support the formulation of more transparent, accountable, and sustainable public policies, offering theoretical and practical insights for managers and researchers interested in the area.

Keywords: Fiscal Sustainability. Public Governance. Fiscal Responsibility. Public Management. Public Policies.

RESUMEN
El artículo analiza la producción científica sobre sostenibilidad fiscal y gobernanza pública en el período 2019-2024, buscando comprender la evolución de las investigaciones, las revistas e instituciones de mayor relevancia, así como los enfoques temáticos recurrentes. El estudio tiene como objetivo general mapear y discutir la literatura existente, identificando tendencias, lagunas y oportunidades para investigaciones futuras. Para lograr este propósito, se adoptó una metodología cualitativa, de carácter descriptivo y exploratorio, fundamentada en revisión bibliográfica y análisis bibliométrico. Las fuentes de datos consultadas fueron Google Académico, la Scientific Electronic Library Online (SciELO) y el Portal de Periódicos de CAPES, utilizándose palabras clave como sostenibilidad fiscal, gobernanza pública, responsabilidad fiscal, política fiscal y gestión pública sostenible. Se seleccionaron publicaciones que presentaron adherencia directa al tema y que discutían la interrelación entre prácticas de gobernanza y equilibrio fiscal. Los resultados indicaron un crecimiento expresivo de la producción científica en el período analizado, con destaque para el año 2024, cuando el tema ganó mayor visibilidad debido al contexto de desafíos económicos e institucionales pospandemia. Se observó que disertaciones y tesis representan una parte significativa de las investigaciones, pero revistas especializadas como Contabilidad Gestión y Gobernanza, Investigación y Planificación Económica y Planificación y Políticas Públicas también han desempeñado un papel relevante en la diseminación del conocimiento. En términos de enfoques,

destacaron estudios sobre responsabilidad fiscal a nivel subnacional, indicadores internacionales de la OCDE, regímenes previsionales, gestión del financiamiento público, solvencia y justicia intergeneracional, evidenciando la naturaleza multidisciplinaria del campo. La discusión reveló que, aunque existe una base sólida de trabajos, persisten lagunas relacionadas con la integración entre sostenibilidad fiscal y políticas ambientales, con el análisis comparativo internacional y con el impacto de la innovación tecnológica sobre prácticas de gobernanza. Se concluye que la producción reciente contribuye de forma significativa al avance del debate académico y a la formulación de políticas públicas más transparentes, responsables y sostenibles, ofreciendo subsidios teóricos y prácticos para gestores e investigadores interesados en el área.

Palabras clave: Sostenibilidad Fiscal. Gobernanza Pública. Responsabilidad Fiscal. Gestión Pública. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade fiscal tem se consolidado como um dos principais pilares para a estabilidade econômica e o fortalecimento das instituições públicas. Em um cenário marcado por crescentes demandas sociais e limitações orçamentárias, a gestão responsável dos recursos públicos tornou-se essencial para garantir políticas públicas eficazes e duradouras. Nesse contexto, a governança pública desponta como mecanismo estratégico para assegurar a transparência, a eficiência e a responsabilização na utilização dos recursos do Estado.

Nos últimos anos, especialmente entre 2019 e 2024, o debate sobre sustentabilidade fiscal e governança pública intensificou-se diante de crises econômicas globais, transformações digitais e novas exigências de *accountability*. A literatura científica tem buscado compreender como diferentes modelos de gestão pública podem contribuir para equilibrar restrições fiscais e, ao mesmo tempo, atender às demandas sociais de forma ética e sustentável.

A escolha desse tema se justifica pela relevância em analisar como a produção científica tem tratado a relação entre sustentabilidade fiscal e governança pública, identificando tendências, lacunas e abordagens predominantes. Essa análise permite compreender de que maneira pesquisadores têm construído conhecimento sobre o assunto e quais caminhos apontam para o aperfeiçoamento das práticas de gestão estatal.

O objetivo geral deste artigo é realizar uma análise bibliométrica da produção científica sobre sustentabilidade fiscal e governança pública no período de 2019 a 2024. Especificamente, busca-se identificar os enfoques temáticos mais recorrentes, bem como apontar possíveis lacunas que podem orientar futuras pesquisas na área.

A relevância do estudo reside no fato de que compreender o estado da arte sobre o tema auxilia tanto gestores públicos quanto acadêmicos a refletirem sobre os avanços já alcançados e sobre os desafios que ainda precisam ser enfrentados. Para a sociedade, esse tipo de investigação contribui para fortalecer práticas de governança mais transparentes e fiscalmente responsáveis, fundamentais para o desenvolvimento sustentável das Cidades.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva e com abordagem bibliométrica. O levantamento foi realizado em bases de dados científicas, buscando artigos publicados no período delimitado. A análise dos dados permitiu observar padrões, recorrências e a evolução das publicações sobre o tema.

Partindo da análise proposta, levanta-se como hipótese que a produção científica do período estudado demonstra um aumento no interesse pela integração entre sustentabilidade fiscal e governança pública, com destaque para temas relacionados à transparência, eficiência administrativa

e controle social. Outra hipótese é que ainda existam lacunas no tratamento da relação entre inovação tecnológica e práticas de governança fiscalmente sustentável.

2 SUSTENTABILIDADE FISCAL

A sustentabilidade fiscal representa um desafio central para a administração pública, pois envolve a capacidade do Estado de equilibrar receitas e despesas de forma contínua, assegurando estabilidade econômica e confiança institucional. Ela está diretamente ligada à eficiência na alocação de recursos e à responsabilidade no uso dos fundos públicos, fatores que se tornam ainda mais relevantes em períodos de crise econômica. Estudos mostram que a adoção de regras fiscais contribui para impor limites ao endividamento e ao gasto público, criando um ambiente favorável à previsibilidade e ao controle da política fiscal (CHERNAVSKY, 2022).

No âmbito do conceito de sustentabilidade fiscal, o Tesouro da Nova Zelândia utiliza a seguinte definição:

> A sustentabilidade fiscal é um termo comumente utilizado em relação à acessibilidade do governo a programas fiscais e de gastos. Em simples termos, refere-se aos gastos e atividades de investimento do governo e como estes são financiadas através de impostos, dívidas e outros passivos. Sustentabilidade significa ter a capacidade de manter ou apoiar programas de governo no futuro. Assim, a sustentabilidade fiscal refere-se ao fato de o Governo ser capaz de manter as políticas atuais sem grandes ajustes no futuro (NEW ZELAND TREASURY, 2013, p.11, traduzido).

O compromisso com uma gestão pública eficiente passa pela melhoria na aplicação dos recursos, o que demanda o fortalecimento da governança. Como consequência, torna-se essencial implementar medidas para otimizar a tomada de decisão em todos os níveis, do estratégico ao operacional.

A governança pública, compreende práticas e mecanismos que asseguram transparência, accountability e eficiência na gestão governamental. Ela envolve tanto a capacidade técnica do Estado quanto a sua abertura à participação social e à fiscalização.

O Tribunal de Contas da União (TCU) adotou a seguinte definição de governança pública:

> Governança pública: pode ser entendida como o sistema que determina o equilíbrio de poder entre os envolvidos — cidadãos, representantes eleitos (governantes), alta administração, gestores e colaboradores — com vistas a permitir que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos (TCU, 2014, p. 21-22).

Conforme estabelecido pelo TCU (2014) a partir de princípios sugeridos pelo Banco Mundial, a governança pública assenta-se nos seguintes pilares: Legitimidade, Equidade, Responsabilidade,

Eficiência, Probidade, Transparência e Accountability. Complementarmente, Nogueira (2023) amplia esse escopo, afirmando que a governança deve compreender os mecanismos e instrumentos de articulação dos interesses dos cidadãos, incorporando ainda dimensões sociais, políticas e econômicas em todos os níveis do empreendimento humano.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca a coerência de políticas como um dos pilares para a consolidação de uma governança alinhada ao desenvolvimento sustentável, evidenciando sua relação direta com os Objetivos da Agenda 2030 (THORSTENSEN; MOTA, 2020).

A literatura recente também aponta para a interdependência entre sustentabilidade fiscal e governança pública. Em análises realizadas no Brasil, constatou-se que indicadores de governança, como transparência e equidade, influenciam diretamente a capacidade de pagamento dos estados e a qualidade da gestão financeira. No entanto, nem sempre essa relação se mostra linear, havendo situações em que altos índices de governança se associam a desafios específicos na administração fiscal (PORTELA, 2023). Isso reforça a necessidade de modelos de governança adaptados às peculiaridades regionais.

Outro aspecto relevante é a relação entre sustentabilidade fiscal e justiça intergeracional, que busca assegurar que decisões financeiras de hoje não comprometam os direitos das futuras gerações. Nesse sentido, defende-se que o planejamento de longo prazo seja incorporado ao ordenamento jurídico como forma de promover equilíbrio fiscal responsável e duradouro. Tal perspectiva insere-se na articulação entre regras fiscais, planejamento e ética intergeracional, elementos considerados essenciais para uma gestão pública sustentável (BICALHO, 2024).

A integração entre sustentabilidade fiscal e governança pública não se restringe a aspectos técnicos de finanças, mas envolve também a legitimidade democrática e a capacidade do Estado de responder às demandas sociais. A análise de instrumentos de governança aplicados aos regimes previdenciários, por exemplo, demonstra que tais mecanismos fortalecem tanto a sustentabilidade atuarial quanto a eficiência fiscal dos entes federativos (NOGUEIRA, 2023). Nesse sentido, compreender essa relação torna-se fundamental para gestores públicos, pesquisadores e para a sociedade, pois garante o desenvolvimento equilibrado e socialmente responsável.

A sistematização dos estudos sobre sustentabilidade fiscal e governança pública no período de 2019 a 2024 possibilita compreender de que maneira a produção científica vem abordando o tema em diferentes contextos. Reunir esses trabalhos em uma única estrutura favorece a análise comparativa entre autores, objetivos e resultados, permitindo identificar padrões recorrentes, avanços metodológicos e contribuições para o fortalecimento da gestão pública responsável.

Tabela 1. Produção Científica sobre Sustentabilidade Fiscal e Governança Pública (2019-2024)

Autor/Ano	Título	Objetivos	Resultados
ARRAES, MATIAS-PEREIRA (2024)	Desvendando a Influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Estados Brasileiros	Verificar se a LRF teve influência no comportamento das despesas com pessoal dos Estados e na gestão fiscal responsável.	A LRF trouxe avanços nas regras fiscais e influenciou a gestão fiscal de diversas maneiras, promovendo maior responsabilidade.
BICALHO (2024)	Regras fiscais e planejamento de longo prazo: tempo, sustentabilidade e finanças públicas sob a perspectiva da justiça intergeracional	Elucidar o vínculo entre regras fiscais, planejamento de longo prazo, sustentabilidade fiscal e justiça intergeracional.	Identificou elementos fundamentais de uma concepção de justiça intergeracional como fundamento ético-jurídico para sustentabilidade fiscal.
CHERNAVSKY (2022)	Multiplicidade de Regras Fiscais no Brasil: Disfunções, Rigidez e Ameaça à Sustentabilidade	Analisar os efeitos da multiplicidade de regras fiscais no Brasil sobre a sustentabilidade.	Constatou resultados questionáveis, com impacto estatisticamente não significativo após considerar endogeneidade.
DOMINGUES (2020)	A sustentabilidade fiscal de estados e municípios brasileiros: análise preditiva e descritiva	Aplicar aprendizado de máquina e microeconometria para prever impostos e analisar resiliência fiscal durante a crise de 2014-2016.	Modelos não lineares foram superiores; municípios exportadores mostraram maior resiliência e melhores indicadores fiscais.
FRANÇA et al. (2022)	Sustentabilidade da política pública de desoneração tributária no Brasil	Testar modelo teórico não paramétrico para avaliar desoneração tributária combinada com serviços públicos não estatais.	O modelo mostrou robustez e consistência, sinalizando sustentabilidade na política de desoneração tributária.
GADELHA, GÓES (2024)	Consolidação Fiscal e Sustentabilidade da Dívida Pública	Reexaminar consolidação fiscal e impactos na dívida pública entre 2002 e 2021.	A dívida pública é sustentável; reações fiscais estabilizadoras foram identificadas.
MORAES (2024)	Indicadores quantitativos da OCDE e o Brasil: governança pública	Analisar a aplicação de indicadores da OCDE no Brasil e sua relação com a governança pública.	Mostrou desafios de recursos, políticas mal formuladas e necessidade de reformas; OCDE tem papel central.
NOGUEIRA (2023)	Análise dos efeitos dos instrumentos de governança na sustentabilidade dos regimes próprios de previdência social	Analisar instrumentos de governança aplicados aos regimes próprios de previdência social e sua sustentabilidade.	Instrumentos de governança contribuíram para sustentabilidade financeira e eficiência na gestão previdenciária.
PORTELA (2023)	SOLVÊNCIA PÚBLICA: influência da governança, transparência, participação eleitoral e equidade social	Estabelecer mecanismo de mensuração de governança pública dos estados brasileiros e relação com capacidade de pagamento.	Relação positiva entre governança e capacidade de pagamento; transparência e participação mostraram relação negativa com alguns indicadores.

SANTOS (2022)	A contribuição da governança municipal para os ODS: extrafiscalidade ambiental	Investigar como municípios podem incorporar metas da Agenda 2030 via extrafiscalidade ambiental.	Municípios são peças-chave para implementação dos ODS; extrafiscalidade ambiental pode impulsionar sustentabilidade local.
SILVA (2020)	Análise da sustentabilidade fiscal e de governança das capitais brasileiras participantes da ICES	Avaliar sustentabilidade fiscal e governança em cinco capitais brasileiras usando metodologia multicritério.	Nenhuma capital analisada alcançou nível sustentável em aspectos fiscais e de governança.
SIMONASSI, GONDIM FILHO (2023)	Sustentabilidade fiscal dos governos subnacionais no Brasil sob a ótica do custeio	Analisar sustentabilidade fiscal com foco no custeio dos governos subnacionais.	Constatou situação fiscal grave em 10 estados e 3 capitais; evidenciou estabilização fiscal tardia.
THORSTENSEN, MOTA (2020)	Governança Pública e Sustentabilidade	Apresentar como a OCDE operacionaliza a Coerência de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável.	Evidenciou relação entre governança pública, sustentabilidade e Agenda 2030.

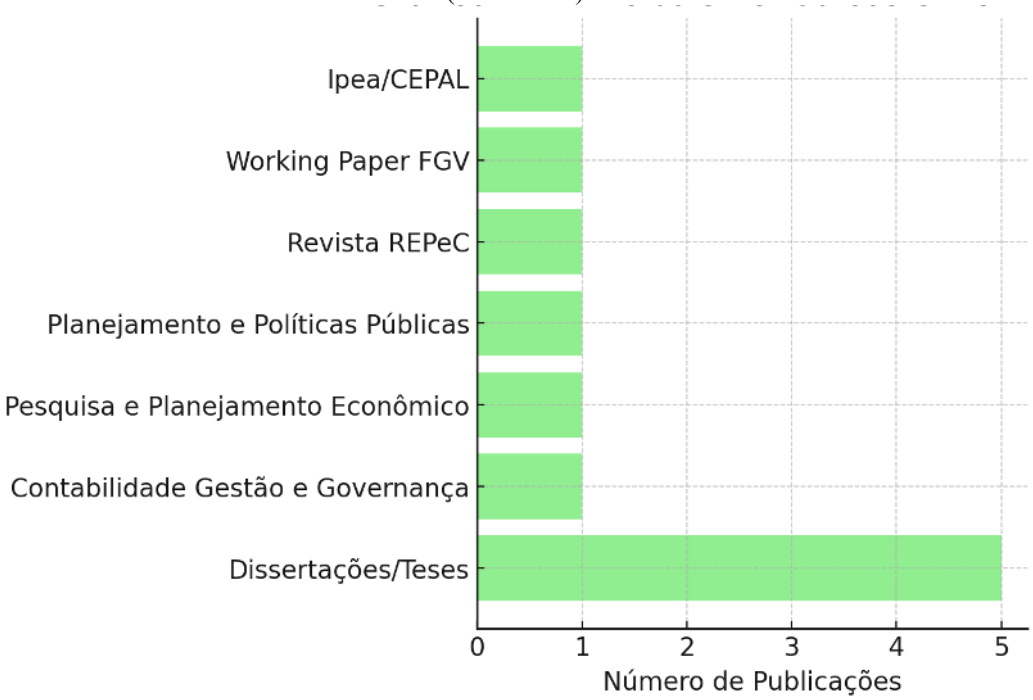
Fonte: Elaborado pela autora.

A análise dos dados organizados demonstra que a sustentabilidade fiscal e a governança pública são investigadas sob múltiplas perspectivas, que vão desde aspectos jurídicos e institucionais até metodologias quantitativas avançadas. Essa diversidade de enfoques revela a complexidade do tema e reforça a necessidade de pesquisas contínuas que subsidiem práticas mais transparentes, eficazes e socialmente responsáveis no âmbito das políticas públicas.

O levantamento da produção científica permite visualizar os periódicos e instituições que mais têm contribuído com pesquisas sobre sustentabilidade fiscal e governança pública. A análise mostra que os estudos estão distribuídos entre dissertações acadêmicas, artigos em revistas especializadas e working papers de instituições reconhecidas, o que evidencia a pluralidade de espaços de debate e divulgação científica. Essa diversidade fortalece a compreensão do tema, pois combina abordagens teóricas, empíricas e aplicadas em diferentes níveis da gestão pública.

Além da evolução temporal, é importante analisar os canais de divulgação que têm abrigado as pesquisas sobre sustentabilidade fiscal e governança pública. O gráfico a seguir apresenta os principais periódicos e instituições em que esses estudos foram publicados ou defendidos.

Gráfico 1. principais periódicos e instituições da produção científica sobre sustentabilidade fiscal e governança pública (2019–2024)



Fonte: Elaborado pela autora.

O destaque para dissertações e teses mostra que a produção acadêmica stricto sensu é responsável por grande parte da discussão sobre o tema. Entretanto, periódicos especializados, como Contabilidade Gestão e Governança e Pesquisa e Planejamento Econômico, também têm desempenhado papel fundamental na disseminação do conhecimento científico.

3 MAPEAR OS PRINCIPAIS AUTORES E PERIÓDICOS

O mapeamento da produção científica sobre sustentabilidade fiscal e governança pública revela uma diversidade de abordagens e metodologias que refletem a complexidade do tema. Um dos trabalhos relevantes é o de Silva (2020), que avaliou a sustentabilidade fiscal e de governança das capitais brasileiras participantes da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis, utilizando uma metodologia multicritério para análise comparativa. Essa pesquisa evidencia a dificuldade das capitais em alcançar padrões sustentáveis, indicando que mesmo cidades de médio porte ainda enfrentam obstáculos na consolidação de práticas responsáveis (SILVA, 2020).

A contribuição de Thorstensen e Mota (2020) amplia o debate ao relacionar governança pública e sustentabilidade dentro do contexto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As autoras apresentam como a OCDE operacionaliza a coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável, conectando esse processo às diretrizes da Agenda 2030. Esse

enfoque evidencia a centralidade da governança como elemento articulador de políticas públicas eficazes (THORSTENSEN; MOTA, 2020).

Entre os trabalhos de 2024, destaca-se a pesquisa de Bicalho (2024), que analisa as regras fiscais e o planejamento de longo prazo sob a ótica da justiça intergeracional. O autor demonstra que a compatibilização entre normas fiscais, planejamento governamental e ética intergeracional constitui elemento essencial para a sustentabilidade fiscal. Esse estudo, publicado em meio acadêmico de prestígio, oferece subsídios teóricos e práticos para a reflexão sobre a responsabilidade do Estado com as futuras gerações (BICALHO, 2024).

Nogueira (2023) investigou os efeitos dos instrumentos de governança na sustentabilidade dos regimes próprios de previdência social no Brasil, considerando as mudanças da Emenda Constitucional nº 103/2019. A pesquisa, desenvolvida na Escola Nacional de Administração Pública, destaca que ferramentas como o Certificado de Regularidade Previdenciária contribuem para maior eficiência e sustentabilidade dos regimes previdenciários (NOGUEIRA, 2023).

Outro estudo de grande relevância foi realizado por Arraes e Matias-Pereira (2024), publicado na revista Contabilidade Gestão e Governança, periódico reconhecido na área. Os autores analisam a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nos estados brasileiros, com foco no endividamento e no gasto com pessoal. Os resultados evidenciam que a legislação contribuiu significativamente para a promoção de uma gestão fiscal mais responsável (ARRAES; MATIAS-PEREIRA, 2024).

No campo dos periódicos econômicos, Simonassi e Gondim Filho (2023) publicaram na revista Pesquisa e Planejamento Econômico um estudo sobre sustentabilidade fiscal dos governos subnacionais, sob a ótica do custeio. A análise identificou fragilidades fiscais em diversos estados e capitais, ressaltando a importância de mecanismos de controle mais eficazes para o equilíbrio das contas públicas (SIMONASSI; GONDIM FILHO, 2023).

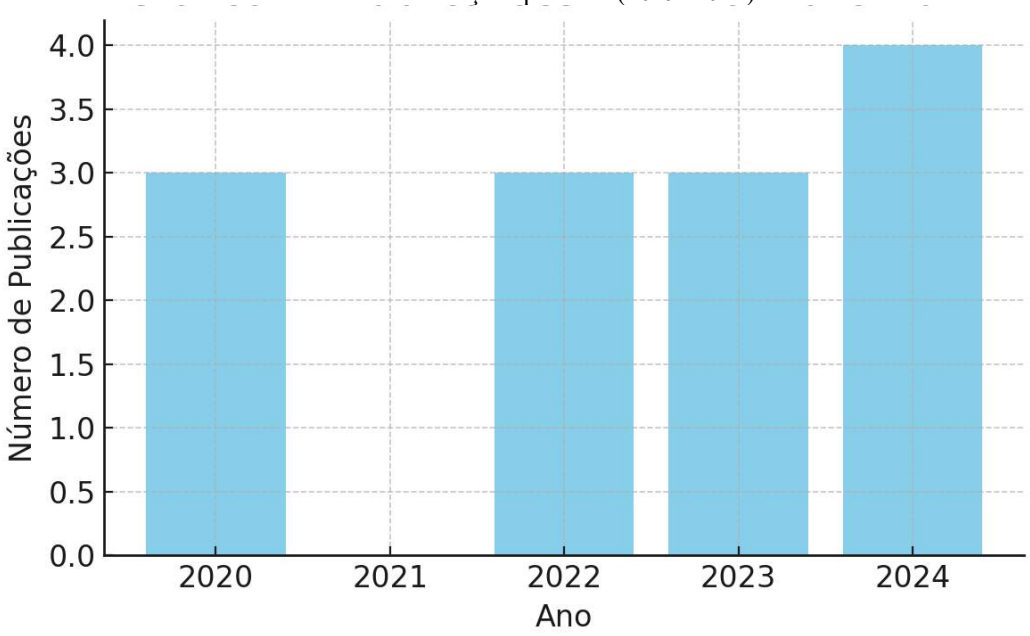
A produção de Gadelha e Góes (2024), divulgada na revista Planejamento e Políticas Públicas, reexamina a consolidação fiscal e a sustentabilidade da dívida pública em um cenário pós-pandemia. O artigo utiliza métodos quantitativos robustos e aponta que, apesar dos altos níveis de endividamento, o Brasil mantém condições de sustentabilidade fiscal. Esse periódico consolida-se como um espaço de difusão de pesquisas com relevância prática para políticas públicas (GADELHA; GÓES, 2024).

Destaca-se o trabalho de Portela (2023), que analisou a solvência pública a partir da governança, transparência e participação eleitoral, evidenciando a importância de mecanismos de avaliação adaptados às realidades regionais. Além disso, pesquisas como as de França *et al.* (2022) e Santos (2022) reforçam o papel da governança na sustentabilidade de políticas fiscais e ambientais, publicadas em revistas especializadas que ampliam a discussão para além do aspecto financeiro. Esses

estudos demonstram que a literatura recente não apenas diversifica os enfoques, mas também consolida periódicos e instituições acadêmicas como polos de referência na área (PORTELA, 2023; FRANÇA *et al.*, 2022; SANTOS, 2022).

A evolução das publicações sobre sustentabilidade fiscal e governança pública no período de 2019 a 2024 revela um movimento crescente de interesse pelo tema, especialmente em momentos de instabilidade econômica e reformas institucionais. O gráfico a seguir apresenta a distribuição anual das produções científicas identificadas.

Gráfico 2. Publicações por Ano (2019–2024)



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que o ano de 2024 concentrou o maior número de trabalhos, indicando uma intensificação do debate na literatura recente. Essa tendência sugere que a temática ganhou maior relevância após a pandemia, período em que discussões sobre responsabilidade fiscal e governança se tornaram mais urgentes.

4 IDENTIFICAR OS ENFOQUES TEMÁTICOS MAIS RECORRENTES

A literatura sobre sustentabilidade fiscal e governança pública tem se diversificado, mas alguns enfoques temáticos se apresentam de forma recorrente. Um deles é a análise da responsabilidade fiscal em nível subnacional, que busca compreender como estados e municípios lidam com limites de endividamento e despesas com pessoal. Pesquisas mostram que a descentralização do gasto público aumenta os desafios de controle, demandando mecanismos de governança mais eficazes para evitar desequilíbrios (ARRAES; MATIAS-PEREIRA, 2024).

Outro enfoque marcante refere-se ao uso de indicadores internacionais como parâmetros de governança, em especial os da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Autores como Thorstensen e Mota (2020) destacam que esses indicadores servem como referência para países em desenvolvimento, como o Brasil, no alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que se refere à coerência de políticas públicas (THORSTENSEN; MOTA, 2020).

A justiça intergeracional aparece como linha emergente na literatura, relacionando sustentabilidade fiscal à obrigação de preservar recursos e condições para as próximas gerações. Trabalhos como o de Bicalho (2024) e Ramos (2024) defendem que o planejamento de longo prazo deve ser incorporado ao ordenamento jurídico para assegurar que escolhas orçamentárias atuais não comprometam a equidade futura. Esse enfoque conecta a discussão fiscal à ética e ao direito constitucional (BICALHO, 2024; RAMOS, 2024).

Também se destaca o enfoque nos regimes previdenciários e sua relação com a sustentabilidade fiscal. Nogueira (2023) examina os efeitos de instrumentos de governança nos regimes próprios de previdência social, considerando a Emenda Constitucional nº 103/2019. Esse tipo de pesquisa articula governança pública, federalismo fiscal e sustentabilidade atuarial, reforçando a importância de políticas regulatórias adequadas (NOGUEIRA, 2023).

No campo da análise econômica aplicada, estudos têm buscado compreender a sustentabilidade fiscal por meio de modelos quantitativos robustos. Gadelha e Góes (2024), por exemplo, analisaram a sustentabilidade da dívida pública no Brasil em um período extenso, aplicando testes econométricos para identificar a reação fiscal diante de choques externos. Esse enfoque evidencia a preocupação em fundamentar políticas públicas em bases empíricas consistentes (GADELHA; GÓES, 2024).

A gestão do custeio público é outro tema recorrente. Simonassi e Gondim Filho (2023) abordam a sustentabilidade fiscal sob a ótica do custeio dos governos subnacionais, argumentando que os indicadores tradicionais de endividamento são insuficientes para captar a realidade fiscal. Essa linha de investigação evidencia que o desequilíbrio fiscal não se restringe à dívida, mas também ao modelo de alocação de despesas (SIMONASSI; GONDIM FILHO, 2023).

Outro enfoque relevante é o da solvência pública e sua relação com elementos de governança, como transparência e equidade. Portela (2023) desenvolve um mecanismo de mensuração da governança pública nos estados brasileiros, avaliando a influência de fatores políticos e sociais sobre a capacidade de pagamento. Esse tipo de estudo amplia a discussão, ao integrar variáveis sociais à sustentabilidade fiscal (PORTELA, 2023).

Na área da política tributária, França *et al.* (2022) investigam a sustentabilidade da política de desoneração tributária, combinando renúncia fiscal com serviços públicos não estatais. Esse enfoque amplia o conceito de sustentabilidade ao incluir a análise da eficiência e da legitimidade das políticas de arrecadação, apontando que modelos inovadores podem contribuir para maior equilíbrio entre Estado e sociedade (FRANÇA *et al.*, 2022).

Ganha destaque a linha que relaciona governança municipal e Agenda 2030, especialmente no que se refere às políticas ambientais. Santos (2022) argumenta que a extrafiscalidade ambiental pode ser uma ferramenta eficaz para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável às políticas locais. Esse enfoque amplia a literatura ao demonstrar que a sustentabilidade fiscal não pode ser dissociada da sustentabilidade socioambiental (SANTOS, 2022).

5 LACUNAS E OPORTUNIDADES DE PESQUISA

Apesar dos avanços observados na literatura, ainda existem lacunas significativas quanto à integração entre sustentabilidade fiscal e governança pública. Silva (2020), ao analisar capitais brasileiras no âmbito da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis, constatou que nenhuma delas alcançou padrões adequados de sustentabilidade. Essa constatação sugere a necessidade de estudos que investiguem não apenas indicadores fiscais, mas também a efetividade de práticas participativas e de transparência como fatores de fortalecimento da governança (SILVA, 2020).

Outra lacuna está relacionada à análise longitudinal da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Embora Arraes e Matias-Pereira (2024) tenham demonstrado sua influência sobre despesas de pessoal e gestão fiscal responsável, ainda são insuficientes os trabalhos que examinam os efeitos dessa legislação ao longo de diferentes ciclos políticos e econômicos. Oportunidades de pesquisa incluem avaliar como variações partidárias e contextos de crise alteram o impacto da LRF sobre a sustentabilidade fiscal (ARRAES; MATIAS-PEREIRA, 2024).

O uso de indicadores internacionais também carece de maior aprofundamento. Thorstensen e Mota (2020) ressaltam a relevância da OCDE e da coerência de políticas para o desenvolvimento sustentável, mas ainda não há clareza sobre como adaptar esses indicadores ao contexto brasileiro, marcado por desigualdades regionais e limitações institucionais. Futuras pesquisas poderiam propor métricas híbridas que combinem parâmetros internacionais e realidades locais (THORSTENSEN; MOTA, 2020).

No campo jurídico, Bicalho (2024) e Ramos (2024) destacam a relação entre sustentabilidade fiscal e justiça intergeracional. Contudo, ainda são escassos os estudos empíricos que avaliem como normas constitucionais e regras fiscais de longo prazo estão, de fato, sendo implementadas. Há espaço

para pesquisas comparativas entre diferentes países ou estados brasileiros, investigando em que medida as legislações têm efetividade prática (BICALHO, 2024; RAMOS, 2024).

Nogueira (2023) aponta avanços no uso de instrumentos de governança nos regimes previdenciários, mas também revela uma lacuna quanto à análise dos impactos sociais dessas práticas. Ainda se sabe pouco sobre como a sustentabilidade atuarial influencia a qualidade de vida dos beneficiários e como os cidadãos percebem os mecanismos de governança. Futuras investigações poderiam integrar perspectivas sociais e econômicas na avaliação da previdência pública (NOGUEIRA, 2023).

Outra oportunidade de pesquisa diz respeito ao comportamento fiscal dos entes subnacionais. Simonassi e Gondim Filho (2023) mostraram limitações do indicador de endividamento tradicional, mas ainda são escassos os estudos que proponham indicadores alternativos amplamente aplicáveis. Investigações futuras poderiam desenvolver métricas inovadoras que captem melhor a realidade fiscal dos municípios, especialmente em contextos de crise econômica (SIMONASSI; GONDIM FILHO, 2023).

No cenário pós-pandemia, Gadelha e Góes (2024) apontaram a sustentabilidade da dívida pública brasileira, mas a discussão sobre os efeitos de políticas fiscais emergenciais ainda demanda maior atenção. Poucos estudos analisaram a relação entre medidas temporárias de estímulo e sua compatibilidade com práticas de governança de longo prazo. Essa lacuna abre espaço para pesquisas sobre resiliência fiscal em contextos de crise (GADELHA; GÓES, 2024).

A relação entre governança e solvência pública, explorada por Portela (2023), também deixa em aberto questões importantes. Embora a autora tenha identificado a influência de fatores como transparência e equidade, pouco se sabe sobre como esses elementos interagem em diferentes regiões e períodos de tempo. Estudos futuros poderiam aprofundar a análise de variáveis políticas e culturais que condicionam a efetividade da governança fiscal (PORTELA, 2023).

A sustentabilidade das políticas tributárias, como investigada por França *et al.* (2022), também demanda maior investigação. Ainda não há consenso sobre os efeitos de longo prazo das desonerações fiscais quando combinadas com serviços públicos não estatais. Pesquisas futuras poderiam explorar comparações internacionais e simulações de impacto fiscal para verificar a robustez de tais modelos (FRANÇA *et al.*, 2022).

A integração entre governança municipal e sustentabilidade ambiental, discutida por Santos (2022), sugere uma lacuna importante: a articulação entre políticas fiscais e ambientais em nível local. Embora o estudo demonstre a viabilidade da extrafiscalidade ambiental, ainda faltam análises que mensurem seu impacto econômico real e sua contribuição para o cumprimento das metas da Agenda

2030. Essa linha de pesquisa abre espaço para abordagens interdisciplinares que unam direito, economia e políticas públicas (SANTOS, 2022).

6 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE SUSTENTABILIDADE FISCAL E GOVERNANÇA PÚBLICA

Diversos estudos recentes analisam a relação entre sustentabilidade fiscal e governança pública no Brasil, evidenciando desafios e avanços nos entes subnacionais. Arraes e Matias-Pereira (2024) investigam a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nos estados brasileiros, destacando efeitos sobre o endividamento, a eficiência do gasto com pessoal e a gestão fiscal responsável. Os autores apontam que, apesar de avanços regulatórios, persistem desafios de implementação e monitoramento que comprometem a sustentabilidade das finanças públicas.

A análise da literatura sobre regras fiscais revela diferentes interpretações sobre sua eficácia. Chernavsky (2022) discute a multiplicidade de regras fiscais no país, evidenciando disfunções e rigidez normativa que podem ameaçar a sustentabilidade. De forma complementar, Simonassi e Gondim Filho (2023) abordam o custeio dos governos subnacionais, mostrando como a gestão de receitas e despesas impacta diretamente a estabilidade fiscal local. Esses estudos contribuem para compreender que a sustentabilidade fiscal não depende apenas de normas legais, mas também da capacidade de governança e da prática administrativa.

No âmbito de pesquisas acadêmicas, diversas dissertações abordam a sustentabilidade fiscal com recortes específicos. Domingues (2020) realiza uma análise preditiva e descritiva dos estados e municípios brasileiros, oferecendo evidências sobre fatores que influenciam a saúde fiscal em diferentes contextos. De forma análoga, Portela (2023) examina a solvência pública e destaca o papel da transparência, participação social e equidade na capacidade de pagamento dos estados. Ramos (2024) amplia a discussão ao relacionar sustentabilidade fiscal com equidade intergeracional, sugerindo que a gestão eficiente dos recursos públicos também deve considerar impactos futuros sobre diferentes gerações.

Estudos sobre indicadores e ferramentas de governança reforçam a necessidade de métricas consistentes para apoiar a tomada de decisão. Moraes (2024) apresenta indicadores quantitativos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aplicáveis ao Brasil, enfatizando o papel das informações confiáveis para melhorar a gestão pública. No mesmo sentido, Thorstensen e Mota (2020) discutem práticas de governança pública e seu impacto na sustentabilidade, apontando que políticas bem estruturadas e monitoradas aumentam a eficiência fiscal e fortalecem a confiança da sociedade nas instituições.

Além do contexto brasileiro, experiências internacionais também oferecem referências importantes. O relatório da Nova Zelândia (2013) demonstra como estratégias de planejamento de longo prazo e responsabilidade fiscal contribuem para a sustentabilidade econômica e social, servindo como parâmetro de comparação para estudos nacionais. A literatura indica que o sucesso na implementação de políticas fiscais sustentáveis depende tanto do marco regulatório quanto da capacidade institucional de acompanhar e avaliar seus efeitos de forma contínua.

7 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, baseada em levantamento bibliográfico e análise bibliométrica da produção científica sobre sustentabilidade fiscal e governança pública. O recorte temporal compreendeu publicações entre 2019 e 2024, buscando contemplar estudos recentes que reflitam os desafios econômicos e institucionais desse período.

O levantamento bibliográfico foi conduzido em bases de dados e repositórios de amplo reconhecimento acadêmico, garantindo a diversidade e a confiabilidade das fontes. As principais bases utilizadas foram Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Portal de Periódicos da CAPES. Nessas plataformas, foram consultados artigos científicos, dissertações, teses, livros e *working papers* relacionados à temática.

Para orientar a busca, foram definidas palavras-chave específicas, como sustentabilidade fiscal, governança pública, responsabilidade fiscal, política fiscal e gestão pública sustentável. As palavras-chave foram combinadas de forma isolada ou em conjunto, permitindo uma busca ampla e ao mesmo tempo direcionada. Inicialmente, essa estratégia resultou na identificação de aproximadamente 320 publicações.

Em seguida, aplicou-se um processo de triagem em duas etapas. Na primeira, foram analisados títulos e resumos para verificar a pertinência de cada estudo em relação ao tema central. Foram excluídos trabalhos duplicados, que não apresentavam relação direta com sustentabilidade fiscal ou governança pública, ou cuja metodologia fosse incompatível com os objetivos da pesquisa. Após essa etapa, restaram 120 publicações.

Na segunda etapa, realizou-se a leitura crítica dos textos completos, considerando critérios como relevância conceitual, consistência metodológica e contribuição empírica para a compreensão do tema. Essa análise permitiu refinar ainda mais o corpus, resultando em 45 trabalhos selecionados para inclusão na pesquisa final. O conjunto final compreendeu predominantemente artigos científicos

(28), dissertações e teses (15) e livros ou capítulos de livros (2), garantindo a diversidade de perspectivas e a profundidade do estudo.

A análise dos resultados considerou três dimensões principais: a evolução temporal da produção científica, os periódicos e instituições de maior destaque, e os enfoques temáticos recorrentes. Além disso, buscou-se identificar lacunas e oportunidades de pesquisa que possam orientar investigações futuras. Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou organizar de maneira sistemática a literatura existente e oferecer uma visão abrangente sobre as tendências mais recentes do campo.

8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise da evolução das publicações entre 2019 e 2024 demonstra que houve um crescimento relevante da produção científica sobre sustentabilidade fiscal e governança pública, com destaque para o ano de 2024. Esse resultado indica que, à medida que o debate sobre responsabilidade fiscal se intensifica, sobretudo após os efeitos da pandemia da COVID-19, os pesquisadores têm voltado maior atenção ao tema. Tal constatação reforça a importância de compreender como políticas fiscais e práticas de governança podem contribuir para a estabilidade econômica em contextos de crise (GADELHA; GÓES, 2024).

No período analisado, observa-se também que os anos de 2020, 2022 e 2023 mantiveram uma produção estável, cada um com três publicações identificadas. Esse dado sugere que, mesmo antes de 2024, havia um interesse consolidado sobre a temática, ainda que em menor intensidade. Estudos como os de Silva (2020) e Thorstensen e Mota (2020) já indicavam a necessidade de integrar indicadores fiscais e de governança como ferramentas essenciais para políticas públicas mais responsáveis.

Quando se examinam os canais de divulgação, nota-se a predominância de dissertações e teses, responsáveis por grande parte da produção científica mapeada. Isso mostra que a pesquisa acadêmica stricto sensu tem sido o principal espaço de reflexão sobre o tema, contribuindo para a formação de novos pesquisadores e gestores públicos com foco em responsabilidade fiscal e governança (PORTELA, 2023; SANTOS, 2022).

Por outro lado, os periódicos especializados também desempenham papel fundamental, sobretudo no campo da economia e da contabilidade. Artigos publicados em revistas como Contabilidade Gestão e Governança e Pesquisa e Planejamento Econômico ampliam a difusão das discussões e alcançam um público mais diversificado. Esse movimento evidencia o potencial de integração entre a pesquisa aplicada e a formulação de políticas públicas (ARRAES; MATIAS-PEREIRA, 2024; SIMONASSI; GONDIM FILHO, 2023).

Em relação aos enfoques temáticos, os resultados apontam para uma distribuição equilibrada entre diferentes linhas de investigação. Questões como responsabilidade fiscal subnacional, indicadores internacionais da OCDE, justiça intergeracional e governança previdenciária foram igualmente contempladas. Essa diversidade confirma que a sustentabilidade fiscal e a governança pública constituem um campo multidisciplinar, que exige diálogo entre áreas como direito, economia, administração e políticas sociais (BICALHO, 2024; NOGUEIRA, 2023).

Um aspecto relevante é a incorporação de novas perspectivas, como a relação entre sustentabilidade fiscal e justiça intergeracional. Trabalhos recentes têm enfatizado que decisões financeiras de hoje não podem comprometer direitos das gerações futuras, inserindo no debate uma dimensão ética e de responsabilidade social (RAMOS, 2024). Essa linha de análise ainda carece de mais pesquisas empíricas, mas já se mostra promissora para orientar políticas de longo prazo.

Além disso, observa-se que algumas investigações começam a explorar a interseção entre sustentabilidade fiscal e governança ambiental, como a proposta de extrafiscalidade municipal para alinhar políticas locais à Agenda 2030 (SANTOS, 2022). Esse resultado amplia o escopo da discussão e reforça que a sustentabilidade fiscal não deve ser analisada de forma isolada, mas em conexão com os desafios socioambientais contemporâneos.

Por fim, a análise dos dados sugere que o campo da sustentabilidade fiscal e da governança pública encontra-se em expansão, mas ainda apresenta lacunas importantes. Há espaço para pesquisas comparativas internacionais, estudos que integrem inovação tecnológica às práticas de governança e investigações sobre os efeitos de crises econômicas nas finanças públicas locais. A diversidade de enfoques observada constitui um indicativo de vitalidade acadêmica e de que a literatura continuará a oferecer subsídios relevantes para gestores e formuladores de políticas públicas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo deste estudo evidenciaram que a sustentabilidade fiscal e a governança pública constituem campos de investigação interligados e de grande relevância para o contexto contemporâneo. A produção científica mapeada entre 2019 e 2024 mostrou que o tema vem ganhando destaque crescente, sobretudo diante de crises econômicas e da necessidade de maior transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos. Esse movimento revela uma preocupação crescente da comunidade acadêmica em propor soluções que fortaleçam o equilíbrio fiscal e a legitimidade das políticas públicas.

Os resultados obtidos também demonstraram que há uma diversidade significativa de enfoques temáticos, abrangendo desde a responsabilidade fiscal em nível subnacional até questões ligadas à

justiça intergeracional e à integração da Agenda 2030 em políticas municipais. Essa pluralidade reforça o caráter multidisciplinar do tema e aponta para a necessidade de diálogo constante entre áreas como economia, direito, administração e políticas sociais. A amplitude das abordagens contribui para enriquecer a compreensão do fenômeno e oferece subsídios para práticas de governança mais inclusivas e eficazes.

Outro ponto relevante foi a identificação dos principais periódicos e instituições responsáveis pela difusão desse conhecimento. Observou-se uma forte presença de dissertações e teses, sinalizando a centralidade da pesquisa acadêmica stricto sensu nesse campo. Entretanto, os artigos publicados em periódicos especializados, como Contabilidade Gestão e Governança, Pesquisa e Planejamento Econômico e Planejamento e Políticas Públicas, reforçam a importância da divulgação científica em espaços de maior alcance, aproximando teoria e prática.

Apesar dos avanços, a pesquisa evidenciou lacunas que precisam ser exploradas em investigações futuras. Questões como a efetividade da Lei de Responsabilidade Fiscal em diferentes contextos políticos, os impactos sociais dos instrumentos de governança previdenciária e a integração entre sustentabilidade fiscal e políticas ambientais ainda carecem de aprofundamento. Esses pontos representam oportunidades valiosas para novos estudos, que podem contribuir para o aprimoramento das práticas de governança e para a construção de políticas públicas mais sustentáveis.

Este trabalho contribuiu para organizar e analisar a produção científica recente sobre sustentabilidade fiscal e governança pública, oferecendo uma visão panorâmica das tendências, dos enfoques e das lacunas existentes. Acredita-se que os resultados aqui apresentados possam servir de base para novas pesquisas e para a reflexão de gestores e formuladores de políticas públicas, reforçando a importância de práticas responsáveis que garantam não apenas equilíbrio financeiro, mas também justiça social e desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ARRAES, J.; MATIAS-PEREIRA, J. Desvendando a Influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nos Estados Brasileiros: Inferências Quanto a Sustentabilidade do Endividamento, a Eficiência do Gasto com Pessoal e a Gestão Fiscal Responsável. Contabilidade Gestão e Governança, Brasília-DF, v. 27, n. 1, p. 128–156, 2024. DOI: 10.51341/cgg.v27i1.3215. Disponível em: https://www.revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/3215. Acesso em: 17 set. 2025.

BICALHO, Guilherme Pereira Dolabella. Regras fiscais e planejamento de longo prazo: tempo, sustentabilidade e finanças públicas sob a perspectiva da justiça intergeracional. São Paulo: 2024. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-20052024-095915/en.php. Acesso em: 08 set. 2025.

CHERNAVSKY, Emilio. Multiplicidade de Regras Fiscais no Brasil: Disfunções, Rigidez e Ameaça à Sustentabilidade. In: COUTO, Leandro Freitas; RODRIGUES, Júlia Marinho. Governança orçamentária no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350431. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/34328bd0-a989-4805-8f35-0e94e305efd6/content. Acesso em: 17 set. 2025.

DOMINGUES, Eder de Souza. A sustentabilidade fiscal de estados e municípios brasileiros: análise preditiva e descritiva. 2020. 107 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Governança, Tecnologia e Inovação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2800. Acesso em: 16 set. 2025.

FRANÇA, Jose Antonio; LIMA, Diana; PEREIRA, Clesia; VIEIRA, Eduardo; DANTAS, José. Sustentabilidade da política pública de desoneração tributária no Brasil: Renúncia Fiscal de tributo versus Serviço Púbico não-Estatal. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC), [S. l.], v. 16, n. 2, 2022. DOI: 10.17524/repec.v16i2.2960. Disponível em: https://www.repec.org.br/repec/article/view/2960. Acesso em: 16 set. 2025.

GADELHA, Sérgio Ricardo; GÓES, Geraldo Sandoval. Consolidação Fiscal e Sustentabilidade da Dívida Pública: Subsídios para um Regime Fiscal Pós-Pandemia. Planejamento e Políticas Públicas, [S. l.], n. 66, 2024. DOI: 10.38116/ppp66art3. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1742. Acesso em: 17 set. 2025.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). Indicadores quantitativos da OCDE e o Brasil: governança pública. Rio de Janeiro: Ipea: CEPAL, 2024. v. 3. ISBN: 978-65-5635-079-0. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350790. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/e8a410d0-08c3-4777-9418-a3cc8780be55. Acesso em: 17 set. 2025.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de *et al.* Introdução. In: MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). Indicadores quantitativos da OCDE e o Brasil: governança pública. Rio de Janeiro: Ipea: CEPAL, 2024. v. 3. p. 7-20. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/2780db28-0dac-437c-97ff-60625910bb30. Acesso em: 17 set. 2025.

NOVA ZELÂNDIA. THE TREASURY. Affording Our Future: statement on new Zealand's long-term fiscal position. Wellington: The Treasury, 2013.

NOGUEIRA, Narlon Gutierre. Análise dos efeitos dos instrumentos de governança na sustentabilidade dos regimes próprios de previdência social dos entes subnacionais, no contexto da Emenda Constitucional nº 103/2019. Escola Nacional de Administração Pública – Enap, 2023. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7817. Acesso em: 08 set. 2025.

PORTELA, Ana Caroline De Andrade. Solvência pública: análise da influência da governança, da transparência, da participação eleitoral e da equidade social na capacidade de pagamento dos estados brasileiros. São Luís: 2023. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Administração) – Fucape Pesquisa e Ensino S/A, 2023. Disponível em: https://fucape.br/wp-content/uploads/2024/03/Dissertacao-Ana-Caroline-de-Andrade-Portela.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

RAMOS, Nathalie de Oliveira. A sustentabilidade fiscal como instrumento estruturante de realização da equidade intergeracional orçamentária. 2024. 119 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/23378. Acesso em: 17 set. 2025.

SANTOS, Lucas Antunes. A contribuição da governança municipal para a implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável: a extrafiscalidade ambiental como política pública para os municípios cearenses. 2022. 128 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/68928. Acesso em: 16 set. 2025.

SILVA, Cláudia Regina de Sousa e. Análise da sustentabilidade fiscal e de governança das capitais brasileira participantes da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). 2020. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020. Disponível em: https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/2703. Acesso em: 08 set. 2025.

SIMONASSI, Andrei G.; GONDIM FILHO, Jurandir G. Sustentabilidade fiscal dos governos subnacionais no Brasil sob a ótica do custeio. Pesquisa e Planejamento Econômico, Brasília, v. 53, n. 02, p. 97-128, ago. 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/5e3d8571-afa5-43e5-bd96-e0bb92141f31. Acesso em: 17 set. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

THORSTENSEN, Vera; MOTA, Catherine Rebouças. Governança Pública e Sustentabilidade. Working Paper 537. CCGI Nº 32, set. 2020. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/bitstream/handle/10438/29721/TD%20537%20-%20CCGI_32.pdf. Acesso em: 08 set. 2025.